

Análise Ética do Uso da Ferramenta COMPAS no Sistema de Justiça Criminal dos EUA

1. Introdução

A inteligência artificial tem sido aplicada em diversas áreas, incluindo o sistema de justiça. Uma das ferramentas mais conhecidas é o **Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions (COMPAS)**, usada nos EUA para prever a probabilidade de reincidência criminal. Apesar do objetivo de apoiar decisões judiciais, investigações apontaram vieses raciais significativos, levantando sérios dilemas éticos.

2. Análise pelo Framework Ético

Viés e Justiça

- **Tipo de viés:** viés de dados (histórico criminal enviesado por práticas discriminatórias) e viés algorítmico (reforço de padrões de desigualdade).
- **Grupos afetados:** réus negros foram desproporcionalmente classificados como de alto risco.
- **Distribuição de benefícios e riscos:** injusta, pois amplia desigualdades existentes e prejudica populações já vulneráveis.

Transparência e Explicabilidade

- O sistema é uma **black box**: a empresa não divulga os métodos de cálculo.
- Não há explicabilidade clara para os usuários finais (juízes, advogados, acusados).
- Falta de transparência compromete a confiança pública no processo judicial.

Impacto Social e Direitos

- **Direitos fundamentais:** risco à presunção de inocência e à igualdade de tratamento perante a lei.
- **Autonomia:** réus têm pouco ou nenhum recurso para contestar a classificação algorítmica.

- **Impacto social:** perpetuação de desigualdades raciais e possível descrédito do sistema de justiça.

Responsabilidade e Governança

- A equipe de desenvolvimento poderia ter aplicado princípios de **Ethical AI by Design**, priorizando:
 - Dados balanceados e auditados.
 - Avaliação contínua de vieses.
 - Transparência nos modelos.
 - Possíveis regulações aplicáveis:
 - **Direitos civis dos EUA** (antidiscriminação).
 - Diretrizes internacionais sobre **IA ética** (ex.: OECD AI Principles).
 - Analogias à **LGPD brasileira**, que prevê transparência e direito à explicação em decisões automatizadas.
-

3. Posicionamento Final

O COMPAS, em sua forma atual, **não deveria ser usado para decisões judiciais**. A dependência em sistemas enviesados coloca em risco direitos fundamentais e mina a justiça.

Recomendações práticas:

1. **Redesenho do sistema** com transparência, explicabilidade e auditorias externas obrigatórias.
 2. **Treinamento com dados representativos** e monitoramento contínuo para detectar e corrigir vieses.
 3. **Uso restrito e supervisionado:** o algoritmo deve ser apenas uma ferramenta de apoio, nunca a base única de decisão judicial.
-

4. Conclusão

O caso COMPAS mostra que a aplicação de IA em áreas críticas deve ser guiada por princípios éticos sólidos. Sem governança e transparência, a tecnologia não apenas falha em reduzir desigualdades — como também pode ampliá-las.